

Réplica a Petersen (2008). A Tripartição pronominal e o estatuto das proformas Cê, Ocê e Você. *Delta* 24.2: 283-308, 2008. São Paulo: PUC-SP.

Lorenzo VITRAL e Jânia RAMOS (UFMG)

**Resumo:** *O principal objetivo deste artigo é responder aos comentários e críticas feitos por Petersen, no artigo A tripartição pronominal e o estatuto das proformas Ce, Ocê e Você, publicado nesta Revista, às nossas análises apresentadas em Vitral (1996) e Ramos (1997) que tomam a forma cê como um clítico e como uma das etapas de um processo de gramaticalização que teve como fonte a expressão Vossa Mercê.*

**Palavras-chave:** *forma fraca, clítico, gramaticalização, você/ocê/cê.*

**Abstract:** *The main goal of this paper is to reply the critical analysis made by Petersen in her paper A tripartição pronominal e o estatuto das proformas Ce, Ocê e Você, published in this journal, concerning our analysis presented in Vitral (1996) and Ramos (1997) which take the form cê to be a clitic and one of the stages of a grammaticalization process that had as source the expression Vossa Mercê.*

**Key-words:** *weak form, clitic, grammaticalization, você/ocê/cê.*

## INTRODUÇÃO

Algumas vezes a descrição ou “(re)descoberta” de alguns temas de pesquisa dão início a um conjunto vigoroso de questões e novas análises. Um exemplo disso é o nosso trabalho sobre as formas você, ocê e cê. Vitral (1996) formula a hipótese de que as formas pronominais você, ocê e cê manifestam etapas de *um processo de gramaticalização* e que a forma cê poderia ser analisada como clítico, o que corresponderia à terceira etapa do seguinte ciclo sintetizado por Hopper e Traugott (1993): item lexical > item gramatical > clítico > afixo.

Ramos (1997) amplia esta hipótese aplicando a metodologia da Teoria da Variação e Mudança. Ao analisar *você*, *ocê* e *cê* como formas variantes, verifica seus contextos de uso, os contextos favorecedores e ainda que se trata de um processo de mudança em curso. O resultado foi um conjunto de evidências de natureza quantitativa e qualitativa que permitiu identificar ambientes e detalhar o comportamento sintático e semântico desse item. Assim problematizado, esse tópico dá início a uma movimentada agenda de investigações.

Um bom número de trabalhos foi realizado tanto por nós quanto por nossos alunos visando a desenvolver e aprofundar as propostas iniciais, e buscar novas formas fonologicamente reduzidas cujo comportamento sintático se diferenciava das respectivas formas fonologicamente plenas. Não tardou muito um certo número de pesquisadores se ocupar do mesmo tema e/ou aplicar os mesmos procedimentos a outros fenômenos.

Fomos assim os primeiros, já nos textos iniciais, a reconhecer a necessidade de desenvolvimento de um bom número de questões suscitadas por nossas análises. Recolocar e explicitar essas questões de forma a deixar claras suas implicações teóricas é um dos objetivos deste artigo. Nem sempre, a nosso ver, os trabalhos que se reportam às nossas análises realizam uma leitura isenta e adequada das nossas propostas. Um desses trabalhos é o artigo de Petersen (2008) publicado nesta Revista que discutiremos a seguir.

Petersen pretendeu mostrar que os argumentos propostos por nós, em Vitral (1996) e Ramos (1997), em favor da classificação da proforma *cê* como um clítico, não foram suficientes para “dar conta do comportamento particular desta proforma no sistema pronominal do português brasileiro” (op.cit.:283). Segundo Petersen, a proposta de Cardinaletti e Starke (1999) para as formas pronominais do italiano e de outras línguas, que divide as proformas em três, isto é, formas tônicas, formas fracas e clíticos, se mostraria mais adequada para o português brasileiro, o que leva nossa autora a classificar a forma *cê* como uma forma fraca. Nossos objetivos são, portanto, responder às objeções de Petersen e defender a linha de trabalho proposta em Vitral (1996) e Ramos (1997). Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 1 discutiremos o tratamento dispensados aos dados por Petersen (2008) à nossa análise. Na seção 2 elencaremos o conjunto de problemas e contradições da proposta de Petersen (2008). Nas seções 3, fornecemos alguns detalhes da nossa perspectiva de análise e, nas seções 4 e 5, discutimos a análise de alguns fenômenos propostos por Petersen, apontando alguns de seus problemas.

## 1. OS DADOS DE VITRAL (1996) E RAMOS (1997) E A QUESTÃO DOS DADOS

A principal objeção de Petersen ao nosso trabalho é o fato de analisarmos a forma *cê* como um clítico ou, numa versão desenvolvida em Vitral e Ramos (2006) – mas não considerada pela autora – uma forma em processo de cliticização. Os dados discutidos por Vitral (1996), em apoio à hipótese da cliticização, são retomados e discutidos pela autora.

Em primeiro lugar, digno de nota é o fato de Petersen apresentar esses dados em momentos distintos do seu artigo. Em sua Introdução, Petersen cita os seguintes exemplos, creditados a Vitral (1996):

- (1) a. Só \*ce/ocê/você tava mentindo. (com ênfase ou foco)
- b. Até \*ce/\*ocê/você podia subir. (com ênfase ou foco)
- c. \*Ce/Ocê/ Você ele não viu. (em tópico)
- d. Quem vai sair? \*Ce/Ocê/ Você (em isolamento)

De acordo com a argumentação de Vitral (1996), os ambientes em que *cê* não pode aparecer também rejeitam um clítico pronominal, o que vem em apoio da hipótese da cliticização desta forma. Ao resenhar o artigo de Cardinaletti e Starke (1999), a fim de defender a proposta de que *cê* é, na realidade, uma forma fraca, Petersen lista ainda outras construções cuja má formação poderia ser atribuída à deficiência da proforma *cê*. Porém, esses mesmos ambientes já faziam parte do conjunto de dados de Vitral (1996) e de Vitral e Ramos (2006) que mostrariam a natureza clítica da forma *cê*. Não se trata, portanto, como pode ser entendido, de novos ambientes sintáticos, propostos por Petersen. São eles:

- a) Coordenação, clivagem
- (2) (=27: 294)
  - a. O João e \*cê/ocê/você foram ao cinema ontem? (Coordenação)
  - b. A Maria disse que \*cê/ocê/você e eles adoraram a festa (coordenação)
  - c. Eu não sou apressada. É \*cê/ocê/você que é muito lento (clivagem)
- b) Repetição (ou não) de Sujeito em orações coordenadas
- (3) (=30: 296) *Cê* come bolo e bebe refrigerante todo dia (repetição de sujeito na coordenação de sentenças)

- c) Comparação de 'se' e 'cê' em orações com negação
- (4) a. (=32a: 296) Não se pode confiar em despertadores ('se' diferente de 'cê' em negativas)  
 b. (=32b) \* Se não pode confiar em despertadores
- d) Não contigüidade entre *cê* e verbo
- (5) (=35b: 297) *Cê* nunca quis ir (não contigüidade entre *cê* e V)
- e) *você*, mas não *cê*, em posição de tópico
- (6) (=36: 297) *Você*, *cê* ri de todo mundo (você em posição de tópico)

Vejam-se agora a exemplificação proposta em Vitral (1996), Vitral (2002) e Vitral e Ramos (2006) que ilustram os mesmos fenômenos listados acima:

- (7) (=13 de Vitral e Ramos (2006: 33)  
 a. Ele e (v)ocê podem votar contra.  
 b. \*Ele e ce podem votar contra.
- (8) (=4 de Vitral e Ramos (2006: 90) Djalma disse que (\*já) *cê* já tinha saído quando ele chegou.
- (9) (=8 de Vitral (1996: 118) (V) *ocê* ele não viu.  
 \* *Cê*
- (10) (= 15 de Vitral (1996: 121)  
 a. Não se diz muita bobagem por aí.  
 b. *Cê* não viu a Maria no cinema.

É verdade, por outro lado, como diz Petersen (pag. 294) e também Vitral e Ramos (2006: 53 e seguintes) que o comportamento de *cê* apontado em Vitral (1996) só mostra de fato que esta forma não é um pronome tônico. Resta discutir, é claro, como faremos na seção 3, se é o caso de decidir se *cê* é uma forma clítica ou uma forma fraca e que concepção de linguagem e mudança lingüística está por trás desse tipo de discussão.

O fato de *cê* poder vir separado do verbo, como no exemplo (10b), repetido abaixo, por uma negação ou outros constituintes, é comparado, em Vitral (1996), com o exemplo (12) do século XVIII:

(11) Cê não viu Maria no cinema.

(12) "...quesem estabelecimento o não quer fazer..." (= (i) Vitral (1996: 122)  
(Documentos Históricos do Espírito Santo, Século XVIII)

Na literatura sobre cliticização (cf. Fontana (1993), (1997)), o fenômeno em (12) é conhecido sob o nome de *interpolação* e mereceu análise em Vitral (2002) e em Vitral e Ramos (2006). A interpolação, muito estudada na literatura, foi bastante ampla em português nos períodos arcaico e moderno e considerá-lo na discussão sobre o estatuto de *cê* é pleno de conseqüências teóricas.

Petersen não menciona o fato de o problema *não* nos ter escapado e aponta o fenômeno da interpolação com *cê* – mesmo sem utilizar esta nomenclatura – como se fosse uma novidade que comprovasse que *cê* não é um clítico já que os demais clíticos pronominais do português brasileiro contemporâneo não admitem, e nisso ela tem razão, ser separados do verbo.

Complementam os dados iniciais sobre o fenômeno, apontados em Vitral (1996) e devidamente mencionados por Petersen (pag.: 302), o fato de *cê* não poder ocorrer como complemento de preposição, ambiente em que, como se sabe, só podem ocorrer formas tônicas:

- (13) a. Eu falei pra você. (= (12) de Vitral (1996: 118))  
b. Eu falei pr'ocê.  
c. \* Eu falei pra ce.

Petersen acrescenta que há casos de ocorrência de *cê* com preposição e cita dois dados agramaticais, pelo menos em nosso dialeto:

- (14) a. eu disse isso p'cê ontem (p.303)  
b. quer que eu vá c'cê lá (p.303)

Para a autora, embora deficientes, estas formas teriam sofrido uma reestruturação prosódica na fala, afirmando que as proformas recebem acento lexical, algo que é vedado a clíticos. E acrescenta: "dentro desta visão, no momento em que o pronome fraco *cê* é selecionado para ocupar a posição de pronomes oblíquos tônicos, ele desencadeia um processo de reestruturação prosódica e seu conteúdo fonético recebe acentuação" (págs.: 303-304).

Mencionados os dados, veremos, na seção seguinte, a nossa compreensão do fenômeno da cliticização de *cê* e de suas implicações teóricas e, com base nisso, comentaremos, nas seções seguintes, a proposta de Petersen.

Ainda sobre os dados, é preciso ponderar, mesmo que rapidamente e antes de passarmos à seção seguinte, a respeito do estatuto teórico dos dados no que concerne à infirmação e corroboração de uma hipótese ou de uma análise. Petersen (pag.: 286) recusa dados como a oração (5) abaixo, dizendo que “não é aceitável para todos os falantes” e que “para aqueles que a consideram bem-formada, parece tratar-se de uma exceção”:

(15) Eu vou fazer *cê* feliz.

O interesse de Petersen em negar a aceitabilidade de construções como (15) se deve ao fato de, em Vitral (1996), ter sido afirmado que não é simplesmente a seqüência *verbo seguido de cê* que é agramatical no português do Brasil e sim a ênclise que não é produtiva em dialetos nos quais *cê*, por sua vez, é produtivo.

Sobre a questão dos dados, gostaríamos, em primeiro lugar, de confirmar que a quase totalidade dos dados que utilizamos já foi atestada em trabalhos que se valeram de análises quantitativas baseadas em dados reais, extraídos de corpus. Veja-se, por exemplo, Andrade (2004: 96) que afirma: “os dados de fala analisados nesta dissertação confirmaram os dados introspectivos de Vitral, com relação às restrições gramaticais no uso de *cê*. Nenhum das formas consideradas agramaticais por Vitral foi detectada nos dados...”. É interessante ponderar ainda que os dados de Andrade (2004) foram extraídos de informantes da faixa etária 10-14 anos, na qual se esperam encontrar inovações, das áreas urbana e rural do distrito federal.

Mas o mais relevante para nós agora é refletir sobre a postura de Petersen em relação ao papel dos dados: para ela, negar a gramaticalidade de um dado pode significar a recusa de toda uma análise. Ora, parece-nos que a linguística brasileira tem evoluído em relação a este tipo de postura que vigorou entre nós em outros tempos. A fim de nos demarcarmos dessa postura, muitos linguistas brasileiros tem procurado aliar, à análise da intuição do falante-pesquisador, o recurso da análise de corpora que, apesar de seus limites lógicos quando se trata de examinar as condições de possibilidade de ocorrência de um dado fenômeno, tem se mostrado um

instrumento valioso para nos aproximarmos da adequação descritiva de uma língua, que não pode se pautar apenas na intuição do falante-pesquisador ou na de alguns poucos colegas. Esse tipo procedimento tem evitado, hoje em dia, declarações como a de Petersen como a que está acima ou como a de que as “realizações [p’se] e [k’se] foram observadas empiricamente por falantes de diferentes dialetos do PB (baiano, mineiro, interior de São Paulo, São Paulo, capital e interior do Paraná” (pag.: 303). O que quer dizer “empiricamente” neste contexto? Trata-se de dados colhidos de corpora? Por quem? Quais eram os falantes? De que faixa etária? Essas questões não tem resposta no texto de Petersen. Mas deveriam ter porque, a começar por Ramos (1997), muitos dos trabalhos que retomaram o tema, como já dissemos, basearam suas análises em dados de corpora. Além disso, mesmo que Petersen tenha razão em dizer que há falantes que não aceitam (15), é preciso esclarecer porque os falantes consultados por nós estão de acordo em relação à boa formação desse tipo de estrutura. Em outras palavras, idealmente, uma análise tem de prever a que se deve a variação de julgamento em relação aos exemplos utilizados. Se considerarmos ainda que no caso do fenômeno que nos ocupa, trata-se de processos diacrônicos de mudança que implicam a convivência, num dado “état de langue”, de construções inovadoras, conservadoras e também o que podemos chamar de “construções intermediárias”, é possível que um julgamento de gramaticalidade muito restritivo advenha de uma gramática mais conservadora, ao passo que também o inverso pode ser aludido, isto é, um julgamento de aceitabilidade menos restritivo pode ser resultado de uma gramática mais inovadora. De toda maneira, o comportamento de Petersen em relação a estes aspectos é insuficiente, sobretudo porque o desejo do falante-pesquisador pode também interferir!<sup>1</sup> Voltaremos a comentar as “realizações [p’se] e [k’se]” apontadas por Petersen.

### 3. A CLITICIZAÇÃO DE CÊ: CONSEQUÊNCIAS TEÓRICAS.

Independentemente do estatuto teórico que formos atribuir a *cê*, é adequado afirmar que esta forma é o resultado de um processo de redução

---

1. Ainda sobre o julgamento de gramaticalidade, é preciso estar atento também a outros aspectos cognitivos que interferem nos nossos julgamentos, como por exemplo, a memória (ver Chomsky 1995). A compreensibilidade de uma seqüência de palavras pode também passar por gramaticalidade e nos levar a crer que tal ocorrência de fato é produzida pela gramática da língua.

fonética. Ora, há um crescendo de redução cujos marcos mais conhecidos são: *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *vancê* > *você* > *ocê* > *cê* e esta última forma não tem o mesmo estatuto das que a precedem imediatamente, isto é, *você* e *ocê*. Mesmo excluindo os ambientes questionados por Petersen, a distribuição sintática também já mostra que *cê* não pode ocorrer sem um “hospedeiro” e não pode receber foco ou ênfase. É possível também elaborar outras evidências do estatuto “reduzido” de *cê*, como o fato de *cê* ser uma forma inovadora, como foi desenvolvido por Ramos (1997). Com o intuito de ainda detalhar o real estatuto de *cê*, temos buscado, além disso, evidências de outra natureza, como por exemplo, o recurso de análise acústica, realizada em Ciríaco, Vitral e Reis (2004) e Vitral e Ramos (2006, capítulo 4) (cf. também Sousa (2007)). Nestes trabalhos, foi desenvolvida uma metodologia que analisou dois parâmetros da forma *cê*: sua duração, em milésimos de segundos, e sua intensidade, em decibéis. Comparou-se num segundo momento os resultados encontrados com o que se apurou de formas tônicas monossilábicas e do clítico *se*. Ora, comprovou-se que de fato *cê* é uma forma em processo de redução cujas duração e intensidade são bastante próximas do clítico *se*. Neste caminho da pesquisa, há quase tudo a fazer e mesmo o pouco que realizamos foi quase tudo desenvolvido por nós, com a colaboração de colegas, e mostra uma possibilidade muito rica de continuação de nossos trabalhos.

É também relevante observar que a forma *cê* não é o único caso de redução fonética do português do Brasil atual. Temos analisados também o caso da partícula negativa *num*, que admite também outras reduções como *nu* e *n'* (cf. Souza 2007; Sousa & Vitral 2010; Ramos 1997; Vitral 1999). Há o caso igualmente das formas de terceira pessoa *el*, *ez*, *éa* e *éas*, redução de *ele(s)* e *ela(s)*, analisados por Correia (1998); da interjeição (cf. Ramos 2010, de outras formas de tratamento (Vitral & Ramos 2006 cap.10) e também de formas verbais auxiliares e dos verbos modais (cf. Vianna 2000, Vitral 2006, Coelho 2006).

A questão que tem se colocado é porque determinadas formas, categorialmente distintas, se submetem, quando se compara sua distribuição em períodos distintos de uma língua, a processos de inovação de maneira que passam a sofrer redução fonética e também, concomitantemente ou não (cf. Vitral & Ramos 1998), inovação semântica e categorial.

A hipótese que temos utilizado é, como se sabe, a da *noção de gramaticalização* que, para nós, tem, pelo menos por hora, apenas um valor heurístico,

ou seja, é preciso buscar explicitar os fenômenos captados por essa noção por meio de quadro teórico explícito o qual, até onde vemos, precisará ser construído como um programa de pesquisa distinto. Fundamenta esta urgência a constatação de que se pode depreender dos processos de gramaticalização características universais não só do *ponto de vista da forma* como também do *ponto de vista substantivo* (Vital 2009; Traugott & Dasher 2005).

Na concepção da gramaticalização, importa dizer que existem, nas línguas, processos diacrônicos de inovação ou mudança<sup>2</sup> e que reconhecer estes processos implica admitir igualmente o fato de estes processos poderem ser previstos por certos estágios. Hopper e Traugott (1993) sintetizam essa proposta como um ciclo, conforme vimos.

A admissão da existência de estágios tem ainda outras implicações que nos fazem pensar acerca da natureza da mudança: gradual ou abrupta. As análises sobre processos de gramaticalização têm mostrado que uma vez ocorrida uma mudança que implica numa recategorização de uma forma, como, por exemplo, de verbo para auxiliar, processa-se um espraiamento da inovação que tende a se incrementar na língua de acordo com um certo padrão de frequência, que dependerá, no entanto, da influência de outros aspectos, como, por exemplo, da concorrência de outras formas (cf. Vital 2006; Vital, Viegas & Oliveira 2010). Verifica-se assim que, aliado ao fato de nem sempre ocorrer concomitância entre a redução da forma sonora do item e mudança categorial e semântica, temos, numa mesma sincronia, representantes de estágios distintos de um processo de gramaticalização. É possível assim que os mesmos itens, no que se refere às mesmas formas sonoras ocorram, por exemplo, numa mesma sincronia, ora como item gramatical (ou funcional) ora como item lexical. Ocorre um conflito nesta hora que se refere a que concepção de mudança adotar, ou seja, como conciliar a constatação de processo e a necessidade de categorização de cada etapa deste processo.<sup>3</sup>

---

2. Temos preferido nomear de inovação lingüística – e não de mudança lingüística –, o que ocorre nos processos de gramaticalização. A razão é que, nestes processos, não há, pelo menos num primeiro momento, uma substituição de formas (cf. Vital, Viegas & Oliveira 2010; Hopper 1991, Naro & Braga 2000).

3. Apenas a título de ilustração, deparamo-nos com um problema, comparável em alguns pontos, com um problema da física captado por Heisenberg por meio do princípio da Incerteza: ou prevemos o deslocamento de um elétron ou sua posição, mas não ambos (cf. Kojève 1990). Nos nossos termos: ou categorizamos uma forma ou observamos seu percurso de mudança.

É nesse quadro de reflexões que gostaríamos de comentar o que propõe Petersen. Para ela, o embate é, simplesmente definir, a que categoria, clítico ou forma fraca, pertence *cê*, com vistas a adequar os fatos do português do Brasil à descrição padrão de Cardinaletti e Starke. Ora, de início, é preciso reconhecer que se trata de um empobrecimento considerável da discussão.

Em segundo lugar, há um equívoco na idéia de considerar que noções como *forma fraca*, *clítico* ou *forma forte* são categorias estanques. Seriam categorias de que tipo? Partes do discurso? Ou apenas rótulos cômodos que, provavelmente, designam epifenômenos que urge desvendar. Mesmo na perspectiva formal e sincrônica de Cardinaletti e Starke, da qual Petersen é seguidora, não é possível nos contentar com os rótulos propostos, por não serem suficientes para nem distinguir as proformas nem defini-las (Ver seção 5).

Tudo isso faz com que o trabalho de Petersen se resuma a dizer que *cê* é uma forma fraca e não um clítico: não há qualquer hipótese sobre a relação entre as chamadas formas tônicas e fracas ou sobre porque uma expressão como *Vossa Mercê* “resolveu” entrar num processo diacrônico de redução fonética ou ainda porque *cê* não pode ocorrer na posição objeto.

Essas e outras questões mostram, na verdade, que o fenômeno é bem mais complexo do que deixam entender Petersen e Cardinaletti e Starke, quando estes descrevem a existência das chamadas formas fracas. Em primeiro lugar, não há homogeneidade absoluta entre as formas que são consensualmente consideradas clíticos. Por exemplo, no português europeu, há elisão de clíticos pronominais da seguinte maneira: *me + o = mo*; *lhe + o = lbo*; mas não entre *se + o = \*so*.<sup>4</sup> Em relação a este ponto ainda, observe-se, numa perspectiva comparativa, o comportamento variado de clíticos em línguas como o servo-croata, o búlgaro, o espanhol arcaico e outras (cf. Halpern & Zwicky 1996; Kemenade & Vincent 1997, Riemsdijk et alii 1999). Em segundo lugar, quando se observam períodos distintos de uma mesma língua, há divergências de comportamento das formas clíticas. Tal é o caso, como já dissemos, da interpolação, isto é, da separação entre um clítico e um verbo pela negação, advérbios e palavras de outras categorias. Vejam os exemplos comentados em Vitral (2002):

4. Colabora para esta má formação a incompatibilidade histórica de *se* com verbos transitivos em estruturas ativas, o que não invalida, no entanto, a heterogeneidade apontada.

- (16) a. Porque se não pôde servir e amar a um, sem ser inimigo do outro (Vieira, Séc.: XVII).  
 b. ...que sse nõ deue a estender esse maravedi (documento notarial, Séc.: XIII).  
 c. o quall pardieiro lhe logo enprazarõ.

No período arcaico da língua, a interpolação com a negação atingia 94,1% dos casos e, com outros constituintes, era de 66,6% dos casos (cf. Martins 1994; Namiuti 2006; Vitral 2002). A interpolação se reduz gradativamente nos períodos seguintes, primeiro com outros constituintes e depois com a negação, de forma que é um recurso usado apenas em certos registros no português europeu atual e inexistente no português brasileiro. A hipótese proposta em Vitral (2002) para a compreensão deste fenômeno é a seguinte:

- (17) *A cliticização deve ser vista como um processo diacrônico previsto através de estágios discretos que deverão ser percorridos por cada processo específico de cliticização.*

A cliticização vista como um processo permite compreender a variação entre línguas e entre períodos de uma mesma língua. Desenvolvemos adicionalmente, com base em Fontana (1993), (1997), a proposta de que, num processo de cliticização, uma projeção máxima se transforma em núcleo, nos termos da Teoria X-barras. O clítico que se interpola seria ainda uma projeção máxima. É possível, portanto, chamar esta etapa da cliticização de *forma fraca*, de *etapa "A" da cliticização* ou outra nomenclatura que se preferir, mas o que nos importa é explicitar o seguinte: a que corresponde, no que diz respeito à gramática interna, cada etapa? E que recursos viabilizam os processos de cliticização? Estas são, na realidade, algumas questões de fundo que precisam ser respondidas.

Colocada nestes termos, a assimetria de *cê* com outros clíticos pronominais é, na verdade, esperada: ora, *cê*, por assim dizer, é um novo clítico, provavelmente, uma projeção máxima e sua distribuição é comparável, em alguns aspectos, com a de um clítico em início de processo, como era o caso dos clíticos arcaicos. É interessante considerar, portanto, que a cliticização é, na realidade, um fenômeno heterogêneo quando se comparam línguas e períodos distintos de uma mesma língua.

Em terceiro lugar, encarar o fenômeno como processual é ainda pertinente em relação ao fato de formas reduzidas se tornarem afixos, como é o caso, por exemplo, do pronome *il* do francês que se amalgama ao ver-

bo, como em ‘*Y a t-il de la documentation en français*’, ou do auxiliar *haber* que, como afixo, forma o futuro simples como em *cantarei* (cf. Hopper & Traugott 1993). Esse fato favorece ainda tratar a cliticização como um processo de inovação lingüística que faz parte de processos mais amplos de gramaticalização. É com essas idéias diretrizes que poderemos tratar a heterogeneidade do comportamento das formas reduzidas em várias línguas. Nessa perspectiva, ainda a título de ilustração, é interessante observar que a forma *cê* se comporta diferentemente das formas reduzidas de terceira pessoa, como, por exemplo (18), em que a forma *ez* é bem aceita na posição objeto de preposição mas a forma *cê* já não o é:

- (18) a. Eu disse isso pra ez.  
 b. \* Eu disse isso pra cê.

O contraste acima é uma razão a mais para pensarmos que as formas reduzidas podem se encontrar, numa mesma sincronia, em estágios diferentes de seu processo de cliticização e que, mesmo se a escolha for de apenas encontrar um rótulo para cada etapa, a terminologia *forma forte*, *forma fraca* e *clítico* é insuficiente. Se denominarmos ‘forma fraca’ à *cê*, precisaríamos encontrar um nome para a “categoria” intermediária entre forma forte e forma fraca que nomeasse, por exemplo, formas como *ez*.

#### 4. OS DADOS DE PETERSEN: COMPLEMENTO DE PREPOSIÇÃO E AS CONSTRUÇÕES DE ALÇAMENTO.

A autora analisa ainda três fenômenos que, segundo ela, desabonam a hipótese de que *cê* é um clítico. Após o que comentamos acerca do quadro de hipóteses subjacente ao fenômeno da cliticização, decidir se *cê* é forma fraca ou clítico torna-se secundária, sobretudo porque, como vimos, esta nomenclatura pode estar designando epifenômenos que devem ser explicitados. Vamos, porém, a título de aprimorar a descrição do processo de redução do qual *cê* é a última etapa,<sup>5</sup> comentar o que pensamos sobre as propostas de Petersen.

5. *Cê* talvez seja a penúltima etapa. Numa ocasião, no estado de Goiás, informaram-me (Lorenzo Vitral) que, no dialeto local, ocorre a seguinte construção: “Ê besta sô!”, embora não tenha sido feita ainda uma análise quantitativa deste tipo de ocorrência. Parece-nos, porém, que se trata de uma junção de *cê*, com vogal fechada, e o verbo “é”, resultando a forma “Ê” que inicia a oração. Se assim for, podemos estar diante da etapa *afixo* do processo de gramaticalização em tela.

Segundo ela, a forma *cê* pode ocorrer como complemento de preposição que é um ambiente propício para formas tônicas e, segundo ela, também para forma fracas. Os dados são os seguintes:

- (19) a. Eu disse isso p'cê ontem.  
           [p'se]  
       b. Quer que eu vá c'cê lá.  
           [k'se]

Francamente, os dados parecem muito forçados. Seria interessante analisar esses dados do ponto de vista acústico porque a nossa suspeita é que ocorra uma vogal epentética que “quebra” o encontro entre, de um lado, “*p*” e “*c*” e, de outro, a forma *cê*. Ora, sabemos que esses encontros de consoantes *ps* e *cs* – sons do grego – não são típicos do português do Brasil: em palavras como *psicologia*, ocorre uma vogal epentética para evitar o encontro consonantal que Petersen garante que ocorre em (19a). Esta vogal epentética, média ou alta, parece se amalgamar a *cê* evitando que este monossílabo ocorra sozinho num ambiente acentuado. A reestruturação silábica à qual Petersen faz referência foi objeto de análise acústica e os resultados não foram capazes de mostrar, de modo definitivo, que não havia vogal entre os fonemas [p] e [s]. “A presença de [p] impede excluir a realização de um segmento como [o]; do mesmo modo, a presença de [s] impede excluir a presença de um segmento vocálico [e] nos dados analisados” (José Olímpio Magalhães, c.p.).

Por fim, comentamos o argumento que Petersen extrai da presença, segundo ela, de *cê* em construções de alçamento. Para a autora, portanto, a oração seguinte é bem formada:

- (20) *Cê* parece que não quer sair.

Mas admite, de acordo com Vitral (1996) que *cê* não pode aparecer topicalizado:

- (21) \* *Cê*, o João me contou que não quer sair.

Como nós mesmos já dissemos em trabalhos citados acima, é possível que *cê* seja uma projeção máxima no sentido da teoria X-barras e, assim, se há pesquisadores que aceitam (20), pode, em princípio, sofrer alçamento.

No entanto, gostaríamos de levantar algumas questões acerca de dados como (20).

Desde, pelo menos, os trabalhos de Quicoli (1976) e Silva (1983), o fenômeno do alçamento no português do Brasil sempre gerou muita discussão. Para comentá-lo, note-se em primeiro lugar, que construções de alçamento como (22), nas quais o NP se desloca de uma posição sujeito de uma oração com tempo finito, são mal formadas em inglês e francês:

- (22) a. \*John seems that goes to Bahia.  
 b. \*Jean semble qu'est bon copain.

Tomaria muito espaço refazer a história da agramaticalidade de construções como (22), que remonta à sua descrição por meio do filtro *That-trace*, mas o fato de seqüências de palavras equivalentes no PB serem aceitáveis, como em (23), se deve, segundo Silva (1983), à possibilidade do NP nominativo poder ser topicalizado, o que está representado pela vírgula abaixo, numa posição na periferia esquerda da oração:

- (23) João, parece que vai para a Bahia.

O fato de o alçamento ser impossível também em italiano, como em (24), reforça a conclusão de que não ocorre deslocamento de NP de uma posição sujeito com tempo para a posição sujeito de orações com verbos como *parecer* (cf. Chomsky 1981: 262; Rizzi 1982):

- (24) \* Gli amici sembrano che partiranno.

A constatação da agramaticalidade de volteios como (24) mostra, portanto, que mesmo numa língua de sujeito nulo, que não é sujeita ao efeito *that-trace* em interrogativas, o fenômeno não ocorre.

Ora, se um NP aparece, portanto, no início da oração como em (23), ele não se encontra na posição sujeito matriz e sim numa posição que abriga um tópico. Assim, como *cê* não pode ser topicalizado, o que ainda não foi questionado por ninguém, conclui-se que dados como (20), proposto por Petersen, parecem forçados e carecem de uma análise mais satisfatória.

## 5. AINDA A ANÁLISE DE PETERSEN

Nesta seção, comentamos os critérios que, segundo Petersen, demonstrariam, de modo definitivo, que *cê* é uma forma fraca. Nosso objetivo é mostrar que tais critérios não são suficientes e que a própria noção de forma fraca, como já dissemos, requer melhor definição.

Petersen argumenta que a forma *cê*, por se comportar diferentemente do clítico “*te*” não seria um clítico. O contraste em (25b-c) evidenciaria isso.

- (25) a. \* Eu vou fazer te feliz (p. 286)  
 b. Eu vou te fazer feliz.  
 c. \*Eu vou *cê* fazer feliz

Compare-se agora o comportamento dos pronomes átonos “*a*” e “*te*”.

- (26) a. \*Eu vou fazer a feliz.  
 b. \*Eu vou a fazer feliz  
 c. \*Eu vou te fazer feliz

Veja-se que o pronome átono “*a*” também se comporta diferentemente de “*te*”. O contraste entre (25b) e (26b), aplicando-se o mesmo critério, poderia ser tomado como evidência de que “*a*” não seria um clítico. Essa conclusão, entretanto, contradiz algo que é aceito sem questionamentos na literatura sobre o português.

Outro critério utilizado por Petersen é a semântica do item. Para distinguir entre *ele* forma fraca e *ele* pronome forte, a autora argumenta que “a possibilidade de interpretação do pronome ‘ele’ como ‘um livro’, elemento com o traço [-humano], mostra que este pronome é necessariamente fraco, visto que os pronomes fortes só podem se referir a entidades com o traço [+humano], nos termos de Cardinaletti e Starke (1999).” (pag.: 300).

Nas centenas de ocorrências da forma *cê* já analisadas, *cê* é sempre [+humano]. Por esse critério, seríamos levados a concluir, erroneamente, que *cê* é um pronome forte.

Petersen também argumenta que a boa formação de (27a) e a má formação de (27d) provam que *cê* não é clítico, pois, citando Galves (2001: 133), afirma que, em locuções verbais no português brasileiro, o clítico se liga, em próclise, ao verbo principal (temático).

- (27) a. Cê tinha cantado muito bem.  
 b. \*Me tinham visto  
 c. Tinham me visto  
 d. \* Tinha cê cantado muito bem

Inicialmente, é preciso considerar que (27b) é bem formada no PB. Em segundo lugar, o comportamento do pronome átono *a* se distingue do de *me* nestas locuções. Veja-se:

- (27') a'.\* A tinha cantado muito bem.  
 b'. A tinham visto [ontem, sim]  
 c'. \*Tinham [a visto]  
 d'. \*tinha a cantado muito bem.

Comparando-se (b) e (b') e (c) e (c') somos, mais uma vez, levados a concluir que *a* também não é clítico pois seu comportamento também não se enquadra na generalização de Galves. O contraste em (b) e (d) mostram isso.

Citando Cardinaletti e Starke (1999), Petersen argumenta ainda que apenas pronomes fortes podem ser c-modificados e cita o seguinte exemplo em francês:

- (28) a. Il me voit (=56)  
 b. Lui me voit  
 c. \*Il aussi me voit  
 d. Lui aussi me voit

Citando o princípio Minimizar  $\alpha$ , apud Cardinaletti e Starke (1999), a autora afirma que em (28c) o pronome fraco é barrado devido à introdução de um c-modificador na sentença (cf. pág. 305); a presença do c-modificador exigiria a presença de uma forma forte, resultando (28d).

Aplicando-se esse critério ao par abaixo, somos levados a concluir que *cê* é uma forma forte, pois pode ser c-modificada. Vejamos-se:

- (29) a. Cê também veio ao show?  
 b. Cê mesmo me disse que achava isso errado. (=35c: 297)

Os problemas apontados acima decorrem, a nosso ver, da complexidade que envolve a definição de clítico e das limitações trazidas pela própria

definição de forma fraca. Tais problemas ficam mais evidentes se considerarmos a conclusão final de Petersen (p. 306), segundo a qual as *proformas você e ocê teriam variedades fracas e fortes*, enquanto *cê seria unicamente fraca*. Desse modo, a autora visa a dar conta da coocorrência das três formas na posição de sujeito, como no exemplo seguinte:

(30) É verdade que *cê/ocê/você* gosta de macarrão (= .57: 306)

A conclusão de que *cê* seria unicamente fraca entra, portanto, em conflito com propriedades apresentadas no decorrer do artigo, a saber, que só proformas fortes admitem c-modificação. Ora, a boa formação de (29a), acima, leva a concluir que *cê* também possuiria uma contraparte homófona forte. Essa conclusão constitui um retrocesso no que diz respeito à discussão referente ao estatuto sintático de *cê* em contraposição a *ocê* e *você*, o qual fica visível em relação a várias propriedades.

Qual, então, seria a propriedade mais importante, de todas aquelas apresentadas como critérios para distinguir as três proformas? Um resposta pode ser buscada em Engerland (2002). Esse autor enumera cinco propriedades, retomando Cardinaletti e Starke (1999). Tomando como ponto de partida o problema da mudança lingüística – mais exatamente, qual seria o gatilho responsável pela reanálise de pronome fraco > clítico, no processo de aquisição da linguagem – aponta a redução morfofonológica. Sua argumentação é a seguinte: pronomes fracos geralmente têm a mesma forma fonológica de sua contraparte forte, isto é, pronomes fracos e fortes são morfofonologicamente idênticos. Em contraste, pronomes clíticos são geralmente fonologicamente diferentes, reduzidos ou de algum modo menores comparados com outras formas e são menores porque há menos estrutura a ser *spelled out*. E conclui que

“the phonological make-up of a pronoun becomes a decisive trigger: if the child is exposed to pronominal forms of various lengths, (...) then the child has positive evidence for the assumption that [ the small form] is a clitic. Therefore, phonetic reduction of the pronoun would by itself suffice as an explanation for why the language learner reanalyses weak pronouns as clitics” (Engerland 2002).

Egerland (2002) ainda chama a atenção para um fato importante:

“Whether reanalysis actually takes place is likely to depend on frequency in the input; if the evidence for [small form] is solid enough, the conclusion may be reached

and the switch from weak to clitic will take place. If occurrences of [small form] are sporadic, a syntactic reanalysis does not need to take place”.

Portanto, enfatizar a ambigüidade das formas *você/ocê/cê*, desconhecendo o fato de que *cê* é morfofonologicamente reduzido e que *cê* não só é mais freqüente, mas que a sequência [cê V] contígua é quase categórica, conforme mostram os vários estudos quantitativos, é desconhecer uma informação muito importante em relação ao processo de mudança e, mais exatamente, em relação ao que se poderia considerar gatilho no surgimento de clíticos numa língua. Nos vários estudos, os casos de não adjacência correspondem a, no máximo, 5% dos dados!

Pensamos que não se pode negar que temos indicações claras de que o diagnóstico do estatuto da proforma *cê*, a partir da aplicação dos critérios apontados em Cardinaletti e Starke (1999), conduz a resultados não conclusivos, conforme mostramos acima, uma vez que teríamos de admitir que *cê* é um pronome forte, ou, pelo menos, possui uma forma homófona forte. Por estas razões, optamos, em nossos trabalhos, por manter a denominação de forma clítica para nos referir ao item *cê*, reconhecendo que tanto a denominação forma fraca como clítico não são completamente satisfatórias e que a visão da cliticização como um processo é a mais promissora.

E-mail: jania.ramos@pq.cnpq.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. V. S. de. 2004. *A variação de Você, Ce e Ocê no português brasileiro falado*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- CIRÍACO, L.; VITRAL, L. & REIS, C. 2004. Intensidade e duração de formas reduzidas do Português Brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 12, n. 2: 143-157.
- CARDINALETTI, A., STARKE, M. 1999. The typology of Structural Deficiency on the Three Grammatical Classes. In: RIEMSDIJK, H. ed. *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- CHOMSKY, N. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications.

- CHOMSKY, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.
- COELHO, S. M. 2006. Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens Ter, Haver, Ser, Estar e Ir na língua portuguesa. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- EGERLAND, V. 2002. Weaks Pronouns become clitics: dative loro in Old Italian. In: ALEXIADOU, A. et al. eds. *Papers from the Workshop Language Change from a Generative Perspective*. Linguistik in Potsdam 19: 27-64. [www.ling.uni-postdam.de/lip/19/LIP19-Egerland.pdf](http://www.ling.uni-postdam.de/lip/19/LIP19-Egerland.pdf). Acesso em: fev. 2010.
- FONTANA, J. 1993. *Phrase Structure and the Syntax of Clitics of Spanish*. Phd Dissertation. University of Pennsylvania.
- FONTANA, J. 1997. On the Integration of Second Position Phenomena. In: KEMERADE, A. van & VINCENT, N. eds. *Parameters of Morphosyntactic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FUß, E. 2005. *The Rise of Agreement: a formal approach to the syntax and grammaticalization of verbal inflection*. Amsterdam/Philadephia: John Benjamins Publishing Company.
- GALVEZ. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- HALPERN, A. & FONTANA, J. 1993. X<sup>o</sup> and X<sup>max</sup> Clitics, Proceedings of WCCFL 12: 251-66.
- HALPERN, A. & ZWICKY, A. eds. 1996. *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford: CSLI Publications.
- HOPPER, P. J. 1991. On Some Principles of Grammaticalization, In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. ed. *Approaches to Grammaticalization I*. Amsterdam: John Benjamins, p.17-35.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOJEVE, A. 1990. *L'Idée du Déterminisme dans la Physique Classique et dans la Physique Moderne*. Paris: Librairie Générale Française.
- MARTINS, A. M. 1994. *Clíticos na História do Português*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa.
- NAMIUTI, C. 2006. Um estudo sobre o fenômeno da interpolação de constituintes na História do Português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 48, n. 2: 171-194.

- NARO, A. & BRAGA, M. L. 2000. A Interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá*, 9: 125-134.
- NEWMAYER, F. 2001. Deconstructing Grammaticalization. *Language Sciences*, 23: 187-220.
- QUICOLI, A. 1976. On Portuguese Impersonal Verbs. In: SCHMIDT-RATEFELDT, ed. *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- RAMOS, J. 1997. O uso das formas Você, Oê e Ce no dialeto mineiro. In: DA HORA, D. ed. *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia Editora. p.43-60.
- RAMOS, J. 2002. A Alternância entre “não” e “num” no Dialeto Mineiro: um caso de mudança linguística. In: COHEN, M. A. A. M. & RAMOS, Jânia M. org. *Dialeto mineiro e outras falas – estudo de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 155-167.
- RAMOS, J. 2010. Interjeições e gramaticalização: o uso de *Nó!* e *Nossa Senhora!* no dialeto mineiro. In: VITRAL, L. & COELHO, S. org. *Estudos de gramaticalização em Português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras. (no prelo).
- RIEMSDIJK, H. C., BOSONG, G. & COMRIE, B. ed. 1999. *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- RIZZI, L. 1982. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris Publications.
- SILVA, S. M. da. 1983. *Études sur la Symétrie et l'Asymétrie Sujet/Objet dans le Portugais Brésilien*. Tese de doutorado. Université Paris VIII.
- TRAUGOTT, E. & DASHER, R. 2005. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge in Semantic Change.
- VIANNA, H. G. 2000. *A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- VITRAL, L. 1996. A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, 5: 115-124.
- VITRAL, L. 1999. *A negação: teoria da checagem e mudança lingüística*. D.E.L.T.A., 15, 1: 57-84.
- VITRAL, L. 2002. A interpolação de SE e suas conseqüências para a teoria da cliticização. *Revista da Abralin* 1, n. 2: 161-197.
- VITRAL, L. 2006. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, 9, 18: p.149-177.

- VITRAL, L. 2005. A evolução do SE reflexivo no português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, T., RIBEIRO, I., CARNEIRO, Z. & ALMEIDA, N. orgs. *Para a história do português brasileiro*. v. VI: Novos Dados, Novas Análises, Tomo 1, Salvador: EDUFBA.
- VITRAL, L. 2009. Algumas reflexões sobre a noção de gramaticalização como um programa de pesquisa, comunicação apresentada no VI Congresso Internacional da Abralín, João Pessoa.
- VITRAL, L., VIEGAS, M. do C. & OLIVEIRA, A. J. 2010. Inovação versus Mudança: a interseção Gramaticalização / Teoria da Variação e Mudança. In: VITRAL, L. & COELHO, S. orgs. *Estudos de Gramaticalização em Português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras. (no prelo)
- VITRAL, L. & RAMOS, J. 2006. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFGM.